

Argentina se acerta com Fundo para receber US\$ 3 bi

País recebe ajuda do FMI desde a crise do efeito tequila, em 1995

Flávio Ribeiro de Castro

Correspondente

● BUENOS AIRES. A Argentina e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estão para fechar novo acordo que vai garantir ao país um crédito de US\$ 3 bilhões. Desse total, apenas US\$ 1 bilhão será desembolsado pelo FMI, e o restante utilizado para formar uma espécie de fundo de reserva para emergências. A expectativa é de que a versão final do acordo seja assinada em 15 dias, depois de aprovada pelo diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, e pela cúpula da instituição.

Durante o fim de semana e ontem, o ministro da Economia da Argentina, Roque Fernández, reuniu-se com técnicos do FMI para fechar os últimos detalhes do acordo. O país vem recebendo recursos da instituição desde a crise do efeito tequila, em 1995.

— Esse acordo equivale a um selo de qualidade para a Argentina — disse o vice-ministro da Economia, Carlos Rodríguez.

Entre as cláusulas, redução do déficit fiscal a um terço

Os detalhes do documento não foram divulgados pelo Governo, mas já chegaram ao conhecimento do mercado. O país se compromete a cumprir uma série de metas, como a redução do déficit fiscal a menos de um terço do nível atual até o ano 2000.

O compromisso de Fernández é atingir um déficit de US\$ 3,5 bilhões em 1998, reduzindo-o a US\$ 1,01 bilhão em 2000. Segundo versões divulgadas pela imprensa argentina, o número para o ano que vem seria bem superior ao exigido inicialmente pelo Fundo — em torno de US\$ 2 bilhões — e teria sido revisto por causa da crise nos mercados financeiros.

A Argentina se compromete a manter a inflação em 1% em 1998 e ao redor de 2% nos dois anos seguintes. O país terá também de reduzir seu déficit comercial, que não poderá superar US\$ 2,05 bilhões em 1998 e US\$ 1,35 bilhões no ano 2000. Um número que deverá piorar, no entanto, será o déficit em conta corrente: as previsões são de que passará de US\$ 10,4 bilhões no ano que vem para US\$ 12,2 bilhões em 2000, com o aumento do pagamento de juros sobre a dívida externa.

O FMI exige que o país aprove reforma e flexibilização da legislação trabalhista até meados de 1998, senão, revelou Rodríguez, o acordo será anulado. Isso obrigará o Governo a negociar com os sindicatos e a oposição, que são contra a iniciativa. Segundo o deputado Carlos Álvarez, um dos líderes da Aliança (coalizão oposicionista), a oposição não vai apoiar medida que torne o emprego “ainda mais precário”. ■